

Gastos da União com subsídios chegou a R\$ 354,7 bilhões em 2017

Após restrição de foro, Toffoli baixa sete processos contra deputados

Página 4

Capital paulista recebe 14ª edição do Feirão Caixa da Casa Própria

Página 2

Supremo Tribunal português decide libertar Raul Schmidt

O empresário luso-brasileiro investigado na Lava Jato, Raul Schmidt, recebeu na quinta-feira (3) um *habeas corpus* do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) português e foi libertado. Alvo de um processo de extradição por parte da Justiça brasileira, ele obteve a cidadania portuguesa, com certidão emitida em janeiro deste ano. O empresário é acusado, no âmbito da Lava-Jato, pelos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O advogado do empresário, Alexandre Mota Pinto, afirma que o STJ concedeu o *habeas corpus*, pois o prazo previsto na lei para entregar Raul Schmidt ao Brasil já se esgotou. Além disso, a defesa do empresário alega que, por ser "português de origem" (Schmidt é neto de português), ele não pode ser extraditado. Página 3

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com algumas nuvens. Não chove.



Domingo: Dia de sol, com muitas nuvens à tarde. À noite a nebulosidade diminui.



Segunda: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,52
Venda: 3,52

Turismo
Compra: 3,50
Venda: 3,71

EURO

Compra: 4,21
Venda: 4,21

OURO

Compra: 138,22
Venda: 165,76

Caixa volta a descartar FGTS para executar plano de negócios

A Caixa Econômica Federal não precisará pagar emprestado recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para reforçar o capital. Em nota oficial conjunta, o banco e o Ministério da Fazenda informaram que a instituição financeira tomou todas as precauções para atender às políticas públicas previstas e executar o plano de negócios sem a necessidade de aportes externos.

"A Caixa busca sempre uma alocação eficiente de seus recursos, com adequada gestão de risco e respeito às melhores práticas bancárias. A atual estrutura de capital permite, na avaliação do Ministério da



Caixa Econômica Federal

Fazenda e do comando da Caixa, a execução do plano de negócios previsto para o ano, sem a necessidade de capitalização mediante a utilização do FGTS", destacou o texto.

Nas últimas semanas, a Caixa reduziu os juros do crédito imobiliário e para

capital de giro. O banco também liberou empréstimos para estados e municípios. Segundo a nota conjunta, tanto a Fazenda como o banco têm promovido medidas para adequar a estrutura de capital da empresa ao momento atual. Página 3

Os subsídios concedidos pela União em 2017 totalizaram R\$ 354,7 bilhões, o equivalente a 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) - soma das riquezas produzidas pelo país - no mesmo ano. O resultado representa uma queda de 7,4% em relação a 2016, quando foram subsidiados R\$ 383 bilhões, o equivalente a 6,1% do PIB daquele ano. Os dados do 2º Orçamento de Subsídios da União foram divulgados na sexta-feira (4) pelo Ministério da Fazenda.

A maior redução em relação a 2016 ocorreu nos chamados benefícios financeiros e creditícios, que totalizaram R\$ 84,3 bilhões no ano passado,

uma redução de R\$ 31 bilhões. Em relação ao PIB, esse montante passou de 1,8% em 2016 para 1,3% em 2017. Em 2015, esses benefícios chegaram a 2,1%, o pico da série histórica, que começou em 2003.

As reduções nos benefícios creditícios de 2017, comparadas com 2016, deram-se principalmente nos empréstimos da União ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), com queda de R\$ 13,5 bilhões; ao Fundo da Marinha Mercante, com queda de R\$ 5,7 bilhões; e ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com redução de R\$ 3,9 bilhões. Página 3

Bombeiros retiram primeiro corpo de escombros de prédio em São Paulo

Página 4

BC regulamenta mais uma fonte de recursos para o crédito imobiliário

Página 5

Cármem Lúcia espera conciliação de auxílio-moradia de juizes até junho

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, informou na sexta-feira (4) ao presidente da Associação dos Magistrados Brasi-

leiros (AMB), Jayme de Oliveira, que espera uma resolução para a questão do auxílio-moradia dos juizes até junho deste ano. Página 4

Esporte

Matheus Leist volta a acelerar no oval de Indianápolis



Matheus Leist

O mês de maio é especial para os pilotos da Indy, que participam de diversas atividades dentro e fora da pista em

Indianápolis, onde no final do mês é realizada a corrida mais famosa do mundo: as 500 Milhas. Para Matheus Leist, piloto gaúcho da AJ Foyt, voltar ao circuito oval mais famoso do planeta é ainda mais especial, pois foi justamente nessa pista em que ele conquistou a maior vitória de sua carreira. Em 2017, logo em sua estreia na pista, o brasileiro triunfou no Freedom 100, a prova mais importante da Indy Lights e que é a preliminar das 500 Milhas da Indy.

"Foi muito emocionante voltar a pilotar no oval de Indianápolis, agora com o carro da Indy. Primeiro eu observei algumas voltas do Tony (Kanaan),

meu companheiro de equipe, e depois foi a minha vez de entrar na pista. O carro da AJ Foyt se comportou muito bem e com certeza será muito especial disputar as 500 Milhas pela primeira vez no final do mês, justamente na pista onde conquistei a vitória mais importante da minha carreira", diz Leist, que completou 71 voltas e é o mais novo do grid da Indy com 19 anos.

Antes de pilotar nas 500 Milhas, Leist tem outro desafio no mesmo autódromo, porém em um traçado diferente. No dia 12, sábado, será disputado o GP de Indianápolis, em um circuito misto e que utiliza

uma pequena parte do traçado oval. O brasileiro também possui boas recordações dessa pista, pois foi justamente nela em que conseguiu seu primeiro pódio na Indy Lights em 2017.

"Piloto em Indianápolis será sempre especial para mim e acredito que seja para qualquer piloto. Espero conseguir bons resultados nas duas corridas e estou me preparando bastante para isso", diz Leist, que foi campeão da F-3 Inglesa em 2016 e é um dos 15 pilotos apoiados pelo time Cimed Racing, a maior plataforma de patrocínio ao automobilismo brasileiro.

WEC: Senna leva carro à segunda fila das 6 H de Spa

Bruno Senna brilhou no treino classificatório que definiu a ordem de largada das 6 Horas de Spa, abertura da super-temporada do WEC - Campeonato Mundial de Endurance que só será concluída com as 24 Horas de Le Mans de 2019. Junto com o suíço Neel Jani, que forma o trio da Oreca-Gibson nº 1 da Rebellion Racing ao lado do alemão Andre Lotterer, Bruno se colocou na terceira posição do grid da prova deste

sábado, ficando atrás apenas dos carros oficiais de fábrica da Toyota. A largada está marcada para as 8h25, com transmissão ao vivo pelo Fox Sports 2.

O regulamento do WEC determina que dois pilotos por carro participem da tomada de tempos. O grid é determinado pela média da melhor volta de cada parceiro. Mesmo sendo o segundo a entrar na pista e, portanto, com os pneus já usados, Bruno virou mais rápido que o parcei-

ro, mas minimizou o feito.

Na avaliação de Bruno, o desfecho do qualifying atendeu quase plenamente às expectativas da equipe. "A Toyota fez o que se esperava dela. Não conseguimos alcançar 100% do nosso potencial, mas num qualifying assim, interrompido por bandeira vermelha, o resultado foi bom. E atingimos nosso objetivo, que era ficar à frente dos carros não híbridos. Amanhã será outro esquema, porque é uma corrida lon-

ga e que exigirá bastante confiabilidade. Hoje, por exemplo, várias equipes enfrentaram problemas", lembrou.

A pole (1min54s679) ficou com o Toyota dividido pelo inglês Mike Conway, o japonês Kamui Kobayashi e o argentino

Jose Maria Lopez, seguido pelo segundo carro da casa nipônica compartilhado pelo espanhol Fernando Alonso, o suíço Sébastien Buemi e o local Kamui Nakajima (1min55s143). A mé- dia de Bruno e Jani foi de 1min56s425.

autojornal
o dia a dia motorizado

Capital paulista recebe 14ª edição do Feirão Caixa da Casa Própria



CESAR NETO
www.cesarneto.com

PREFEITURA (SP)

Com o episódio do incêndio e desmoronamento do prédio [foi da Polícia Federal] ocupado por desgraçados que viviam pior que muito "morador de rua", não será difícil pro prefeito Bruno Covas (PSDB) e uma força-tarefa do Secretariado achar alguns "proprietários" políticos.

CÂMARA

Ainda no início do 1º mandato o vereador Isac Felix (PR) vai agregando ao mandato figuras que se tornaram cidadãos paulistas com grandes serviços prestados. Com a presença do ex-presidente [entrou pra história com 4 mandatos consecutivos, depois senador por 2 anos ...

DE

... e Ministro dos Transportes, além de presidente nacional do partido) Antonio Carlos Rodrigues, Isac Felix concedeu o título de Cidadão Paulistano a Ubiratã Guimarães, do Interior pra tomar destaque paulista nos 450 anos do Notariado brasileiro. Seu tabelião é em Barueri ...

SÃO PAULO

... Ainda Isac: concedeu a Medalha Anchieta pro médico Tarrá, que aos 29 de idade abriu a 1ª clínica na região de Santo Amaro. Hoje, dirige a AMEPLAN, uma das mais destacadas operadoras de saúde [atende classes mais humildes] de São Paulo. ACR também esteve presente.

JUSTIÇAS

Fim do prerrogativa de foro [no Supremo], em especial pro deputados federais e senadores, jogando pra 1ª instância processos dos "malfeitos" fora do mandato pode até gerar um batalhão de "arrepêndidos" e de n'honestos. Nem certas "igrejas evangélicas" fazem tal "milagre".

PARTIDOS

Assembleia paulista foi palco de um grande encontro dos pré-candidatos pelo PODEMOS (ex-PTN), da deputada federal pro São Paulo e presidente nacional Renata Abreu e do pré-candidato à Presidência, o senador (ex-PSDB pelo Paraná) Álvaro Dias. Rolou no domingo, dia 6, ...

POLÍTICOS

... com destaque pro deputado estadual Pedro 'Kaká'; pro deputado federal Feliciano (ex-PC) e dono de grande votação), além é claro pro vereador Mario Covas Neto (ex-PSDB) que é pré-candidato ao Senado. O pai foi senador (PSDB) antes de se eleger governador de São Paulo ...

BRASILEIROS

... Entre as propostas de Covas, que é tio do agora prefeito paulistano Bruno Covas (PSDB) é a favor do fim do foro pra senadores e deputados federais [PEC 10/2013 de Alvaro Dias]; de uma Justiça mais rápida e de que o Estado receba mais recursos [função do que arrecada].

HISTÓRIAS

Assim como esta coluna teve versão mensal [1999 - 2001] na revista jurídica "JUSTIÇA & PODER", agora tem no jornal italo-brasileiro "IL GIORNO DEL SUDAMERICA". Na estreia, os vereadores paulistanos, deputados [ALESP] e federais que são oriundi.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna diária desde 1993. Ela tornou-se referência na política e uma via da liberdade possível. Ele está dirigente na Associação "Cronistas de Política de São Paulo". Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi um dos pioneiros no Brasil.

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e
Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 -
Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Até domingo (6), a cidade de São Paulo sedia o 14º Feirão Caixa da Casa Própria, o maior evento do mercado imobiliário brasileiro. A abertura do evento, realizado no Pavilhão de Exposições do Anhembi, contou com a presença do governador Márcio França.

"Enalteço o trabalho da Caixa Econômica Federal para que possamos efetivar novas habitações. Quero reforçar a parceria que o Estado tem com o banco e a prefeitura da capital para podermos agilizar os trâmites e dar mais esperança às pessoas", resalta Márcio França. "São Paulo

é o único Estado do Brasil que destina 1% de toda a arrecadação diretamente à habitação. Neste ano, a quantia é de R\$ 1,3 bilhão", acrescenta o governador.

O total de imóveis em oferta chega a quase 65 mil. A feira apresenta 249 parceiros. São 87 construtoras e 162 correspondentes imobiliários, que disponibilizam cerca de 260 empreendimentos novos, mais de 54 mil imóveis novos e 11 mil unidades usadas.

"Hoje é um dia muito importante para nós, tendo em vista a relevância do banco no setor de construção civil. Neste ano, te-

mos a meta de realizar a entrega de 650 mil unidades no Brasil. Há tempos não projetamos um objetivo nesse patamar", destaca o presidente da Caixa Econômica Federal, Nelson Antônio de Souza.

Mercado

Além de aquecer o mercado imobiliário em diversas cidades brasileiras, o evento integra a estratégia da instituição financeira de proporcionar condições favoráveis para a aquisição da casa própria.

A ideia é que o visitante possa encontrar um imóvel, simu-

lar o valor da prestação e assinar o contrato de financiamento no mesmo espaço. Para solicitar crédito no feirão, o interessado deve levar o documento de identidade, CPF e os comprovantes de renda e de residência atualizados.

A aprovação é baseada nas informações do perfil do cliente, como renda, capacidade de pagamento e ausência de restrições cadastrais. Os interessados também podem obter informações em todas as agências da Caixa, no site do banco ou pelo Serviço de Atendimento ao Cliente (0800-726-0101).

Metrô comemora 50 anos com programação cultural em maio

Em maio o Metrô de São Paulo comemora 50 anos de existência com uma programação cultural variada na Estação Sé. São três atrações especiais que celebram as cinco décadas de fundação da Companhia.

Os usuários da parada central, e mais movimentada da rede, poderão conferir uma réplica dos antigos trens do Metrô, além de uma maquete do sistema e uma exposição fotográfica. Será pos-

sível ainda conhecer de perto a cabine de operação de um dos antigos trens do Metrô, uma réplica de um vagão da extinta Prota A, no mezanino da estação.

Criada pelos funcionários da equipe de manutenção, a réplica conta com vários dos itens originais dos primeiros trens fabricados pela MAFERSA, no início dos anos 70, como o gabinete do operador e o console de comando.

Os visitantes também podem conferir a instalação "Metrô Mobilidade", uma maquete de 7,50m x 5,50m que mostra diversos pontos turísticos da capital paulista e as linhas do Metrô com miniaturas de trens.

Já a mostra "50 Anos de Metrô" reúne 81 registros históricos, com imagens que remontam a criação da empresa, em 1968.

Também fazem parte do acervo fotografias tiradas durante a construção das primeiras

estações e o trabalho das equipes de operação, manutenção e segurança ao longo dos anos. A exposição destaca ainda a diversidade arquitetônica das estações do Metrô e o acervo permanente de obras de arte esculpidas pelo sistema.

Para conhecer outros projetos de arte e entretenimento em estações do Metrô, acesse a programação completa da Linha da Cultura.

Projeto oferece perucas a pacientes com câncer

Resgatar a autoestima é fundamental para pacientes em tratamento oncológico e essa luta diária faz muitas mulheres sofrerem com a perda dos cabelos. Pensando nisso, o Governo do Estado de São Paulo, a partir da Escola de Beleza do Fundo Social de Solidariedade, lançou o programa "Solidariedade em Fios" para amenizar os traços deixados pela doença.

O projeto seleciona e capacita cabeleireiras para confeccionar perucas sob medidas às pacientes do Instituto do Câncer de São Paulo (Iccsp). A aproximação com as alunas, dessa forma, garante que os cabelos sejam feitos de acordo com o gosto e o perfil de cada uma das pacientes.

o tratamento por que não querem perder o cabelo. Por isso, além de elevar a autoestima, a ideia das aulas é ensinar uma nova profissão às cabeleireiras", explica a coordenadora do programa, Flávia Crema.

Segundo ela, o mercado de profissionais que produzem perucas ainda é muito escasso, por isso é importante que elas se dediquem e aprendam as técnicas. Para ambos os cursos, são abertas cerca de 13 vagas todos os meses.

"Os alunos criam laço de amizade com as pacientes. A ideia é fugir um pouco do ambiente hospitalar e não distinguir quem é doente e quem não é. Elas não chegam essas mulheres de "pacientes" e sim de "amigas", completa.

or centro público de oncologia da América Latina. Atualmente são mais de 45 mil pacientes em tratamento na unidade, sendo 55% composto pelo público feminino.

A coordenadora de humanização da entidade, Maria Helena Sponton, comenta sobre a importância do fortalecimento da autoestima das pacientes: "Quando ela se sente mais bonita e tem toda a feminilidade e vaidade, este momento está sendo alimentado e encorajado. Isso reflete no próprio tratamento", afirma.

O convite é feito às mulheres que estão começando as sessões de quimioterapia ou que já perderam o cabelo. As que toparam participar da iniciativa vão até a sede do programa e conhecem de perto as alunas que irão confeccionar as perucas.

"Elas são muito bem acolhidas. O Solidariedade em Fios respeita o tratamento de cada uma. Algumas escolhem cabelos diferentes, outras preferem manter a mesma aparência", ressalta Sponton.

No total, 124 cabeleireiras já participaram das duas modalidades e 55 próteses foram entregues a mulheres com câncer. No final do curso, as alunas ganham certificado e estão aptas a exercer a atividade fora da entidade.

Os interessados em participar do projeto devem comparecer à sede do programa das 08h30 às 16h com o RG original para realizar a inscrição.

Iccsp

O Instituto de Câncer do Estado de São Paulo é, hoje, o maior

doação de qualquer pessoa com qualquer tipo de cabelo pode fazer a doação para o programa, desde que as mechas tenham no mínimo 15 cm de comprimento. As únicas exigências são que os fios estejam limpos, secos, amarrados e sejam acondicionados dentro de um saco plástico.

A doação pode ser feita na própria sede do programa. Basta agendar um horário, comparecer ao local e ganhar um corte gratuito. Além disso, o Solidariedade em Fios também recebe as entregas pelo correio em dois endereços (abaixo).

"Nós precisamos de aproximadamente 350 gramas de cabelo para produzir uma prótese. Isso equivale a 3 a 4 doações. Por isso, queremos que as pessoas se conscientizem e façam esse ato de solidariedade", destaca a coordenadora, Flávia Crema.

Serviço

Doações por correio:
Avenida Morumbi, 4500, 2º andar, sala 232, São Paulo, SP, Cep.: 05650-905

Escola de Beleza - Rua Ministro Godói, 180, Perdiúns (Prédio 73 do Parque da Água Branca)

Mais informações e agenda: (11) 2588-5781

Curso

Localizado dentro do Parque da Água Branca, na Zona Oeste da capital paulista, o Solidariedade em Fios oferece dois tipos de cursos às cabeleireiras. Um deles é o de Prótese Capilar, que tem duração de 15 dias, carga horária de 75h e é destinado a profissionais que já possuem experiência em corte e costura. Já o outro tem duração de três dias, com total de 12h, e é voltado para as técnicas de confecção de Megahair.

"Muitas mulheres não fazem

o tratamento de cada uma das pacientes. Algumas escolhem cabelos diferentes, outras preferem manter a mesma aparência", ressalta Sponton.

Domingo: das 4h à meia-noite, os trabalhos estarão concentrados nos equipamentos de via permanente entre as estações Tatuapé e Corinthians-Itaquera. O intervalo médio dos trens será de 15 minutos entre as estações Luz e Guaiunases.

Linha 12-Safira (Brás - Calmon Viana)

Sábado e domingo: das 4h de sábado até meia-noite de domingo, em razão dos serviços programados na Linha 13-Jade, no

CPTM: Obras alteram circulação dos trens neste fim de semana

Usuários dos trens da CPTM devem ficar atentos às mudanças programadas para este fim de semana, 5 e 6 de maio. O motivo são obras de modernização nas linhas da Companhia Paulistana de Trens Metropolitanos, que acontecerão em maiores intervalos em trechos e horários específicos.

Confirma a programação e antecipe sua viagem:

Linha 7-Rubi (Luz - Francisco Morato)

Domingo: das 4h às 15h, serão realizadas obras de modernização nos equipamentos de via permanente entre as estações Baltazar Fidelis e Francisco Morato. O intervalo médio dos

trens será de 24 minutos entre as estações Luz e Francisco Morato.

Linha 9-Esmeralda (Grajaú - Osasco)

Domingo: das 4h à meia-noite, haverá intervenções no sistema de rede aérea entre as estações Jurubatuba e Autódromo. O intervalo médio dos trens será de 15 minutos em toda a linha.

trecho entre as estações Engenheiro Goulart e Comendador Ermelino, o intervalo médio dos trens será de 35 minutos em toda a linha.

Desafio

A CPTM ressalta o desafio que é executar as obras de modernização, mantendo simultaneamente o atendimento aos usuários. É preciso promover intervenções em horários de menor movimentação de passageiros, aos fins de semana, feriados e madrugadas.

Em caso de dúvidas ou informações complementares, a CPTM coloca à disposição o Serviço de Atendimento ao Usuário: 0800 055 0121.

Linha 11-Coral / Expresso Leste (Luz - Guaiunases)

Domingo: das 4h à meia-noite, os trabalhos estarão concentrados nos equipamentos de via permanente entre as estações Tatuapé e Corinthians-Itaquera. O intervalo médio dos trens será de 15 minutos entre as estações Luz e Guaiunases.

Linha 12-Safira (Brás - Calmon Viana)

Sábado e domingo: das 4h de sábado até meia-noite de domingo, em razão dos serviços programados na Linha 13-Jade, no

trens será de 16 minutos entre as estações Brás e Mauá e de 32 minutos de Mauá a Rio Grande da Serra.

Linha 10-Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra)

Domingo: das 7h às 21h, serão executados serviços nos equipamentos de via permanente entre as estações Guapiutuba e Ribeirão Pires-Prefeito Antonio Bespalco. O intervalo médio dos

Gastos da União com subsídios chegou a R\$ 354,7 bilhões em 2017

Os subsídios concedidos pela União em 2017 totalizaram R\$ 354,7 bilhões, o equivalente a 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) - soma das riquezas produzidas pelo país - no mesmo ano. O resultado representa uma queda de 7,4% em relação a 2016, quando foram subsidiados R\$ 385 bilhões, o equivalente a 6,1% do PIB daquele ano. Os dados do 2º Orçamento de Subsídios da União foram divulgados na sexta-feira (4) pelo Ministério da Fazenda.

A maior redução em relação a 2016 ocorreu nos chamados benefícios financeiros e creditícios, que totalizaram R\$ 84,3 bilhões no ano passado, uma redução de R\$ 31 bilhões. Em relação ao PIB, esse montante passou de 1,8% em 2016 para 1,3% em 2017. Em 2015, esses benefícios chegaram a 2,1%, o pico da série histórica, que começou em 2003.

As reduções nos benefícios creditícios de 2017, comparadas com 2016, deram-se principalmente nos empréstimos da

União ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), com queda de R\$ 13,5 bilhões; ao Fundo da Marinha Mercante, com queda de R\$ 5,7 bilhões; e ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com redução de R\$ 3,9 bilhões.

No caso dos benefícios financeiros, as maiores reduções foram observadas no Programa Minha Casa Minha Vida, de R\$ 4,3 bilhões; no Fundo de Compensação das Variações Salariais, de R\$ 3 bilhões; e, no Programa de Sustentação ao Investimento, de R\$ 2,3 bilhões.

Os benefícios creditícios são os gastos decorrentes de fundos e programas do governo federal, que não passam pela discussão anual do processo orçamentário por deputados e senadores. Os benefícios creditícios se materializam por recursos do Tesouro Nacional alocados a fundos ou programas.

Por sua vez, os benefícios financeiros se referem a desembolsos efetivos realizados por meio de subvenções econô-

cas, assim como assunção de dívidas pela União. Esse tipo de subsídio, em geral, afeta a despesa primária e está sujeito aos limites da Emenda Constitucional do teto dos gastos.

Aumento dos gastos tributários

Em 2017, do total de subsídios concedidos, a maior parte, R\$ 270,4 bilhões, foi de gastos tributários em políticas públicas implementadas mediante exceções ao sistema tributário de referência. Esse tipo de subsídio afeta a receita e, portanto, o resultado primário do governo federal. Em relação a 2016, quando esses gastos foram R\$ 263,7 bilhões, houve um aumento de R\$ 6,7 bilhões.

O Simples Nacional - regime especial de tributação - apresentou o maior montante de gasto tributário, responsável pelo acréscimo em 2017 de R\$ 2,8 bilhões. Os rendimentos isentos e não tributáveis foram a segunda maior categoria. De acordo com o relatório, esses rendi-

mentos mantêm o patamar em virtude de serem considerados como medida de compensação aos contribuintes por despesas realizadas com serviços de saúde e educação.

O terceiro maior item de gasto tributário refere-se ao item Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica, responsável pelo acréscimo de R\$ 1,3 bilhão em 2017, em relação a 2016.

Já a desoneração da folha de salários registrou um decréscimo de R\$ 1,2 bilhão, bem como houve redução dos gastos tributários com Poupança e Letra Financeira Garantida no montante de R\$ 0,9 bilhão.

Mesmo com o aumento nominal, no ano passado, em relação ao PIB houve uma redução. Em 2017, esses gastos tributários foram equivalentes a 4,1% do PIB, reforçando a tendência de queda observada nos anos anteriores, quando esses gastos representaram 4,2%, em 2016, e 4,5%, em 2015. (Agência Brasil)

Caixa volta a descartar FGTS para executar plano de negócios

A Caixa Econômica Federal não precisará pagar empréstimo recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para reforçar o capital. Em nota oficial conjunta, o banco e o Ministério da Fazenda informaram que a instituição financeira tomou todas as precauções para atender às políticas públicas previstas e executar o plano de negócios sem a necessidade de aportes externos.

"A Caixa busca sempre uma alocação eficiente de seus recursos, com adequada gestão de ris-

co e respeito às melhores práticas bancárias. A atual estrutura de capital permite, na avaliação do Ministério da Fazenda e do comando da Caixa, a execução do plano de negócios previsto para o ano, sem a necessidade de capitalização mediante a utilização do FGTS", destacou o texto.

Nas últimas semanas, a Caixa reduziu os juros do crédito imobiliário e para capital de giro. O banco também liberou empréstimos para estados e municípios. Segundo a nota conjun-

ta, tanto a Fazenda como o banco têm promovido medidas para adequar a estrutura de capital da empresa ao momento atual.

O comunicado de sexta-feira, 4, reafirma o plano de negócios divulgado pelo Conselho de Administração da Caixa no começo do ano. A partir de 2019, o banco terá de cumprir exigências mais elevadas de segurança financeira e precisará deixar mais capital imobilizado (parado) para se adequar aos padrões internacionais.

De acordo com a Caixa, o

banco venderá carteiras de crédito a outras instituições financeiras, emitirá instrumentos de dívida perpétua (tipo de mecanismo financeiro que aumenta o capital da instituição) no mercado internacional e poderá abrir mão de repassar os dividendos (parcela dos lucros que cabem aos acionistas) ao Tesouro Nacional para reinvestir-los no banco. O Conselho de Administração da Caixa é presidido pela secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi. (Agência Brasil)

Governo aguardará resultado da economia no trimestre para revisar PIB

A equipe econômica do governo federal aguardará o resultado do crescimento da economia no primeiro trimestre para revisar a projeção de expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) neste ano. A informação foi dada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento, Orçamento e Gestão, Esteves Collongo, ao deixar o Ministério da Fazenda, na sexta-feira (4), em Brasília.

"A gente deve esperar sair o

PIB para fazer uma revisão", disse, após lembrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o PIB do primeiro trimestre no próximo dia 30.

O ministro indicou que não deve haver revisão do projeto do governo para o PIB, atualmente em cerca de 3%, quando será divulgado no dia 22 o relatório de receitas e despesas da União.

O mercado financeiro tem revisado as projeções para o PIB deste ano, segundo pesquisa semanal do Banco Central (BC)

com instituições financeiras. Atualmente, a estimativa está em 2,75%, abaixo da projeção do governo. Há quatro semanas, a estimativa do mercado era de 2,84%.

Se o PIB for revisado para baixo, vai impactar na previsão de receitas deste ano. Com isso, pode haver corte de gastos para se conseguir cumprir a meta de déficit primário, resultado negativo de receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros. A meta para este ano é de R\$ 159 bilhões.

Cessão onerosa

Collongo participou de reuniões na manhã de hoje (4), no Ministério da Fazenda, sobre a cessão onerosa e da preparatória para a Junta de Execução Orçamentária. Sobre a cessão onerosa, que é o acerto de contas entre a Petrobras e o Tesouro Nacional nos contratos do pré-sal, o ministro disse que a discussão deve ser concluída até o dia 17 deste mês. "Nosso prazo é o dia 17. Nosso fazer força para ter uma decisão até lá. Pelo menos, esse Colano, (Agência Brasil)

Formação Bruta de Capital Fixo tem queda de 9,1%

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do governo federal fechou 2016 com queda de 9,1% frente a 2015. A informação foi divulgada na sexta-feira (4), no dia de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e faz parte das Estatísticas de Finanças Públicas e a Conta Intermediária do Governo para 2016, elaboradas em colaboração com a Secretaria do Tesouro e o Banco Central.

Segundo o IBGE, a Formação Bruta de Capital Fixo, medida pela Conta Intermediária do Governo, apresentou queda nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal, variando para R\$ 101,9 bilhões em 2015 para R\$ 92,7 bilhões em 2016.

A divulgação traz informações sobre o valor adicionado, a Formação Bruta de Capital Fixo e a capacidade/necessidade de financiamento nas três esferas de governo (municipal, estadual, federal), cujos dados são utilizados

pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais (Produto Interno Bruto - a soma de todas as riquezas produzidas pelo país).

Financiamento

As informações indicam que, pelas Estatísticas de Finanças Públicas, a necessidade de financiamento do governo atingiu R\$ 450,8 bilhões. Esse valor correspondeu a 7,2% do PIB naquele ano, o que leva ao recuo de 12,9% nessa necessidade de financiamento em termos nominais em relação a 2015, quando essa necessidade foi de R\$ 517,6 bilhões.

Segundo o IBGE, em 2013 a necessidade de financiamento líquida representava 2,9% do PIB, indo para 5,8% em 2014 e para 8,6% em 2015. Em 2016, essa necessidade de financiamento líquido recuou para 7,2%.

Em 2016, o resultado foi influenciado principalmente pela queda das despesas líquidas com juros, que passaram de R\$ 505,3

bilhões em 2015 para R\$ 375,1 bilhões em 2016.

Essa redução foi mais do que suficiente para compensar um ritmo de crescimento menor das receitas de impostos e contribuições sociais, que atingiram, respectivamente, 4,6% e 4,9% e também o avanço das despesas com benefícios sociais (13,6%). Já o resultado operacional líquido, que exclui as transações com outros não financeiros, recuou 9,8%, alcançando menos R\$ 459 bilhões.

Embora todas as esferas de governo tenham apresentado queda na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a mais acertada foi na esfera estadual, onde a FBCF caiu 13,6%, indo de R\$ 34,5 bilhões em 2015 para R\$ 29,9 bilhões em 2016.

Que é a FBCF

A FBCF é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futu-

INTERNACIONAL

Supremo Tribunal português decide libertar Raul Schmidt

O empresário luso-brasileiro investigado na Lava Jato, Raul Schmidt, recebeu na quinta-feira (3) um *habeas corpus* do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) português e foi libertado. Alvo de um processo de extradição por parte da Justiça brasileira, ele obteve a cidadania portuguesa, com certidão emitida em janeiro deste ano. O empresário é acusado, no âmbito da Lava-Jato, pelos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O advogado do empresário, Alexandre Mota Pinto, afirma que o STJ concedeu o *habeas corpus*, pois o prazo previsto na lei para entregar Raul Schmidt ao Brasil já se esgotou. Além disso, a defesa do empresário alega que, por ser "português de origem" (Schmidt é neto de portugueses), ele não pode ser extraditado. Por reciprocidade, Portugal não extradita seus cidadãos, assim como o Brasil.

Outro argumento da defesa de Schmidt é que ele, caso fosse extraditado, correria o risco de sofrer "tratamentos cruéis, desumanos e degradantes". A defesa alega ainda que ele estaria sujeito a violações dos direitos humanos, por considerar que o sistema penitenciário brasileiro não garantiria tratamento digno conforme os padrões mínimos exigidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Após decisão de ontem do STJ português, de mandar libertar Raul Schmidt, a defesa do empresário considera que o processo de extradição, que tramita no Tribunal da Relação de Lisboa (instância competente), terá necessariamente de ser arquivado. Resta saber se, caso isso aconteça, Schmidt poderá ser julgado em Portugal pelos crimes de que é acusado.

Histórico

Em fevereiro deste ano, o Tribunal da Relação de Lisboa já havia determinado a libertação de Schmidt, para que ele pudesse aguardar a decisão em liberdade. Posteriormente, em abril, Schmidt tinha sido novamente detido pela Polícia Judiciária de Portugal, após um acordo do Supremo Tribunal de Justiça reverter a decisão proferida em fevereiro. Uma semana mais tarde, em 17 de abril, uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) suspendeu a extradição do empresário por entender que ele realmente corria riscos de tratamento degradante e não consistente com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Na segunda-feira passada (30), o ministro do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, Sérgio Kukina, decidiu que cabe à Primeira Seção da Corte julgar o *habeas corpus*, imitado pela defesa do empresário no Brasil, sobre a validade do pedido de extradição.

Na 13.ª Vara Federal da Justiça Federal, em Curitiba, há dois processos contra ele por corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro. As duas ações penais aguardam o resultado do processo de extradição. (Agência Brasil)

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 07.581.384/0001-30

FATO RELEVANTE

Referente: (i) Certificados de Recebíveis Imobiliários do 1.º Série da 3.ª Emissão; (ii) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2.ª e 3.ª Série da 4.ª Emissão; (iii) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 3.ª Série da 5.ª Emissão; (iv) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2.ª Série da 5.ª Emissão; (v) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 8.ª Série da 5.ª Emissão; (vi) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 12.ª Série da 5.ª Emissão; (vii) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2.ª Série da 6.ª Emissão; (viii) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2.ª Série da 7.ª Emissão; (ix) Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2.ª Série da 8.ª Emissão; todos emitidos por Gaia Securitizadora S.A.

GAIA SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Ministro Juscelino Kubitschek, nº 633, 8.º andar na Vila Nova Conceição, inscrita no CNPJ nº 07.581.384/0001-30 ("Securitizadora"), no ato de emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI - indicados na epígrafe ("Securitização") e em nome de Titulares de CRI, a partir de 16 de abril de 2018, com as alterações nos termos do Contrato de Securitização nº 44907, 543714, 552114 e 56815, vem divulgar o presente comunicado. A partir de 16 de abril de 2018, a Emissores (Securitizadora S.A. ("Securitizadora")) iniciou a interrupção de todo e qualquer acesso aos sistemas de cobrança de valores, o acompanhamento financeiro dos recebíveis para Securitizadora e agente de administração contratado por respectivas emissões, bem como a correta emissão dos boletins de cobrança em face dos adquirentes de títulos, sendo tal medida adotada por Securitizadora para assegurar a continuidade da operação econômica. Em 25 de abril de 2018, por fato público perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi deferida a sentença de recuperação judicial do Grupo Unifilan, assim deferimento em conformidade com o que decidiu o Conselho de Administração das sociedades controladas por Unifilan Desenvolvimento Urbano S.A. (Pessoa de Recuperação Judicial autossuportada nº 1041380-02/2018.8.263.000) em caráter preventivo e "in vacua" de falência e Recuperação Judicial da Capital do Estado de São Paulo. A Securitizadora encerra a quem possa interessar que a Unifilan Desenvolvimento Urbano S.A. figura como Devedora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em nome de Titulares de CRI, apresentando documentação, mediante apresentação e Assembleia Geral de Titulares de CRI, a Securitizadora vem apresentando informações para os agentes de mercado de capital envolvidos em referidas emissões, adequadamente nomeados pelos Titulares de CRI, bem como aos titulares de CRI. Ora, caso em que a Recuperação Judicial da Devedora emite condições de vencimento antecipado de determinadas emissões, assim como acurately outros efeitos e eventos nos termos dos Documentos das Emissões, a Securitizadora vem procedendo para a publicação dos editais e tomada de deliberação em Assembleia Geral de Titulares de CRI. Nesta data, a Securitizadora apresenta a competente manifestação judicial nos autos da Recuperação Judicial, apresentando a decisão que lhes compete, incluindo sendo ventilada aos Titulares de CRI a possibilidade de ser de ocorrer a transferência desta Emissão para outra Securitizadora. Para operacionalizar a decisão consignada na nota de AGT CRA 16/04/2018, a Emissão prossegue conforme se Superintendência e Gerenciamento competentes da respectiva autarquia Comissão de Valores Mobiliários - CVM - tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em vista a necessidade de transferência da administração e a possibilidade de a Emissão prosseguir sendo administrada por outra Securitizadora, assim como administração da Emissão, independentemente de autorização da Superintendência de Valores Mobiliários - CVM, tendo em

Após restrição de foro, Toffoli baixa sete processos contra deputados

TRF4 nega pedido de visita de Ciro Gomes a Lula

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou o pedido do ex-ministro Ciro Gomes para visitar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso desde o último dia 7 na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. O pedido também foi negado para o presidente do PDT, Carlos Lúpi, e o deputado federal André Figueiredo (PDT-CE). Eles entraram com mandado de segurança no tribunal após terem o requerimento negado pela 12ª Vara Federal de Curitiba.

Ao negar o pedido, o desembargador federal João Pedro Gebran Neto argumentou que a visita de amigos a um preso não é direito líquido e certo e que, portanto, não caberia o mandado de segurança. Segundo o desembargador, a Superintendência da Polícia Federal de Curitiba tem com-

petência para limitar as visitas. "A visita por alguns excluiria a visita de outros, já que o direito do custodiado submetido à organização do local de cumprimento da pena".

No pedido de visita, os políticos alegaram que não apresentavam qualquer risco ao funcionamento da sede da Polícia Federal e que a visita seria uma das manifestações da ressocialização da pena.

Há uma semana, a juíza Carolina Moura Lebbos, da 12ª Vara Federal de Curitiba, negou o pedido da ex-presidente Dilma Rousseff e de uma comissão de deputados para visitar Lula na prisão. Na ocasião, também foram negados também pedidos de Ciro Gomes, da presidente do PT, da senadora Gleisi Hoffmann (PR) e do vereador de São Paulo Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros. (Agência Brasil)

Menos de 24 horas após o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ter restringido o foro privilegiado para deputados federais e senadores, o ministro Dias Toffoli, do STF, enviou na sexta-feira (4) para instâncias inferiores sete ações penais e um inquérito envolvendo parlamentares no exercício do mandato.

Os despachos que determinaram a baixa dos processos, dois envolvendo deputados, são assinados com a data de quinta-feira (3), mesmo dia em que o Supremo aprovou a restrição do foro por prerrogativa de função para deputados e senadores.

Por 7 votos a 4, os ministros decidiram que os parlamentares só podem responder a um processo na Corte se as infrações penais ocorreram em razão da função e cometidas durante o mandato.

Em todas as decisões, Toffoli ressaltou que cada crime supostamente praticado pelos parlamentares "não foi praticado no exercício do mandato de deputado federal" ou "não guarda relação com o exercício do mandato de deputado federal".

O inquérito, que corre em segredo de Justiça, envolve o deputado Wladimir Costa (SD-PA), processado por tráfico de influência. Na semana passada, o nome do parlamentar apareceu nas manchetes de jornais após ele ter sido filmado dando um soco em um homem durante um comício no Pará.

Ações penais

As ações penais, processos em que os investigados já tiveram denúncia aceita e se tornaram réus, são:

- Deputado Alberto Fraga

(DEM-DF): já condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), por porte ilegal de arma. O recurso do parlamentar tramitava no STF, mas o crime ocorreu em 7 de outubro de 2011, antes de ele assumir o mandato. Toffoli remeteu o caso de volta ao TJDFT.

- Deputado Roberto Góes (PDT-AP): denunciado por irregularidades no pagamento de pessoal quando era prefeito de Macapá. O caso foi enviado para a 3ª Vara Criminal da capital do Amapá.

- Deputado Marcos Regêgui (PSD-AP): denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro por supostamente ter favorecido uma empresa de propriedade de amigos quando era procurador do estado do Amapá, em 2006. O caso foi remetido para a 4ª Vara Criminal de Macapá.

- Deputado Cícero Almeida (PHS-AL): denunciado por irregularidades em licitação supostamente cometidas em 2005, quando era prefeito de Macaé. O caso foi enviado para o Tribunal de Justiça de Alagoas.

- Helder Salomão (PT-ES): denunciado por fraude na contratação de serviços de táxi quando era prefeito de Cariacica (ES), entre 2011 e 2014. O processo foi enviado para a 1ª Vara Criminal do município capixaba.

- Deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR): denunciado por 12 práticas de peculato. Os crimes teriam ocorrido entre 1999 e 2003, quando ele ocupava o cargo de deputado estadual do Paraná. O processo foi enviado para uma das varas criminais de Curitiba (PR), a ser especificada pela Justiça local. (Agência Brasil)

Bombeiros retiram primeiro corpo de escombros de prédio em SP

O Corpo de Bombeiros retirou no início da tarde de sexta-feira (4) o corpo de uma das vítimas do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, na última terça-feira (1ª), na capital paulista. O corpo foi encontrado no local identificado como quadrante 1, o mesmo onde o morador conhecido como Ricardo Pinheiro caiu no momento em que era resgatado. Pelo Twitter, a corporação informou que a vítima foi levada ao Instituto de Criminalística, sendo um

homem com diversas tatuagens no corpo e encontrado com o cinto de segurança utilizado durante a tentativa de salvamento.

"Ontem os cães detectaram a provável presença de uma vítima. A equipe dos bombeiros retiraram grande quantidade de entulho e hoje, depois de 22 horas de buscas, o corpo foi localizado. Foi retirado, periciado, com o auxílio de cães, e foi encontrado o cinto que foi utilizado na tentativa de salvamento em cima da edificação e também

parte do para-raio, levando a crer que poderia ser o Ricardo", disse o capitão dos bombeiros, Marcos Palumbo. Desde a manhã de sexta-feira, os bombeiros aumentaram para seis o número de vítimas do desmoronamento. Oficialmente, os filhos de um casal que morava no prédio apresentaram queixa do desaparecimento dos pais. Segundo Palumbo, apesar do tempo transcorrido do desmoronamento, há chances de vítimas com vida serem encontradas.

"Vejo que há possibilidade de que tenham sobreviventes pelo fato de que algumas células de sobrevivência já terem sido encontradas hoje, porém sem vítimas. E nós estamos falando das partes mais altas da edificação. A partir do momento em que chegamos no ponto das lajes próximas do térreo ou do subsolo, por que não? Esses locais podem ter alguma vítima, alguma pessoa que tenha ali sobrevivido ao colapso e também ao incêndio", disse. (Agência Brasil)

Cármen Lúcia espera conciliação de auxílio-moradia de juizes até junho

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, informou na sexta-feira (4) ao presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, que espera uma resolução para a questão do auxílio-moradia dos juizes até junho deste ano.

"Ou sairá uma proposta objetiva sobre o assunto ou teremos que ter outro caminho. Espero que aconteça a conciliação", disse ela, segundo informações da assessoria do STF. A ministra recebeu nesta manhã Oliveira em seu gabinete, bem como outros 24 presidentes de associações de magistrados estaduais.

O mês de junho é o prazo para seja encaminhado ao Congresso

Nacional a proposta de orçamento do Poder Judiciário para o ano que vem.

Em março deste ano, na véspera de uma ação sobre a constitucionalidade do auxílio ser julgada pelo plenário do STF, o ministro Luiz Fux suspendeu a análise judicial sobre o tema e enviou o caso para ser resolvido na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão coordenado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Atualmente, por força de uma liminar (decisão provisória) de Fux, todos os magistrados brasileiros recebem o benefício, atualmente de R\$ 4,3 mil, independentemente de possuírem ou não casa própria na cidade em que trabalham. (Agência Brasil)

Temer diz que denúncias são "pífias" e vê campanha opcionista

Na primeira entrevista exclusiva aos veículos da **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, o presidente Michel Temer chamou de "pífias" as denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), encaminhadas ao Congresso Nacional, e que pediam a abertura de inquérito contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF).

"As duas denúncias [anteriores] eram pífias. São pífias que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados não teve a menor dúvida em rejeitá-las. Rejeitá-las não, impedir que elas prosperassem. Essa suposta terceira denúncia é uma campanha op-

cionista", disse. Para o presidente, há uma tentativa de enfraquecer o governo. "Se nós resistimos até hoje podemos resistir mais quatro ou cinco meses", afirmou.

Sobre um processo de **impeachment**, Temer defende que deve ser encaminhado a partir da análise do delito praticado pelo presidente da República independentemente do tempo que falta para conclusão do mandato.

"Se ele [na hipótese de um presidente] praticou um delito daqueles incontornáveis evidentemente seria o caso de ele não permanecer um mês", disse. (Agência Brasil)

Prorrogado para 10 de maio prazo para renovar contratos do Fies

O prazo para renovar o contrato do primeiro semestre de 2018 do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi prorrogado para o dia 10 de maio. Inicialmente, os estudantes tinham até o dia 30 de abril para fazer a renovação.

Os contratos do Fies precisam ser renovados todo semestre. O pedido de aditamento é feito inicialmente pelas instituições de ensino e depois as informações devem ser validadas pelos estudantes no Sistema Informatizado do Fundo de Financiamento Estudantil (SisFies). Neste semestre, cerca de 1,1 milhão de contratos devem ser renovados.

No caso das renovações que tenham alguma alteração nas cláusulas do contrato, o estudante precisa levar a nova documentação ao agente financeiro - Banco do Brasil ou Caixa Econômi-

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), aceitou na sexta-feira (4) o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para ampliar a quebra do sigilo fiscal do senador Aécio Neves (PSDB-MG), de sua irmã, Andréa Neves, e de seu primo Frederico Pacheco.

Em dezembro do ano passado, o ministro aceitou o primeiro pedido de quebra do sigilo, mas a procuradoria solicitou que o período de abrangência da medida seria de 1º de janeiro de 2014 a 18 de maio de 2017.

No entanto, após receber o ofício de autorização da quebra, a Receita Federal esclareceu que as declarações de imposto de renda e escriturações contábeis são anuais e, dessa forma, a que-

bra deveria ser referente a todo o ano de 2017, e não somente de janeiro a maio.

A quebra do sigilo foi feita no inquérito decorrente da denúncia premiada do empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F. Batista relatou ter pagado, entre 2011 e 2014, pelo menos R\$ 60 milhões a título de propina. Entre outras coisas, o dinheiro teria sido utilizado para pagar partidos da coligação do senador em sua campanha presidencial de 2014.

Após a quebra do sigilo, em nota, a defesa do senador considerou a decisão do ministro do STF uma medida "natural" e reafirmou que Aécio Neves não cometeu nenhum ato ilícito. Segundo o advogado Alberto Za-

charias Toron, os dados bancários e fiscais do parlamentar "sempre estiveram à disposição da Justiça".

Em novo posicionamento divulgado hoje, o advogado Alberto Toron afirmou que a defesa de Aécio é a maior interessada no esclarecimento dos fatos e reiterou que a ação ocorreu no âmbito privado.

A defesa do senador Aécio Neves é a maior interessada no esclarecimento de todas as dúvidas, para que seja demonstrada a total correção de seus atos. O senador tem plena confiança no STF e está convencido de que o aprofundamento das apurações provará sua inocência. A questão em análise refere-se a uma ação entre privados, não tendo havi-

do prejuízo a qualquer órgão público e, portanto, nenhum ato ilícito foi praticado", disse a defesa.

Reis

No mês passado, Aécio, sua irmã e seu primo se tornaram réus em outro processo no STF. Na ação penal, o senador é acusado de pedir R\$ 2 milhões em propina a Joesley em troca de sua atuação política. O senador foi acusado pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot.

Após o julgamento, Aécio declarou que agiu de forma correta e que a operação financeira da qual é acusado não envolveu o uso de dinheiro público. (Agência Brasil)

Governo do DF mantém atenção sobre abastecimento d'água até fim do ano

Após o anúncio do fim do racionamento de água no Distrito Federal a partir de 15 de junho, feito na quinta-feira (3) pelo governo local, o diretor-presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), Paulo Salles, disse na sexta-feira (4) que não acredita na necessidade de um novo racionamento, mas informou que os níveis dos reservatórios serão acompanhados até o fim do ano e novas medidas podem ser adotadas.

De acordo com a Resolução 8 da Adasa, caso os dados da curva de referência estabelecedo o nível dos reservatórios, até o final do ano, se afastem da trajetória, a agência poderá adotar medidas para que seja mantido o traçado original. "Nós vivemos um período de muita incerteza climática. Temos que manter a população alerta e ciente de poupar muito a água, de forma a garantir a manutenção da curva e chegar até o próximo período chuvoso em segurança", ressaltou Salles.

O dirigente reconhece que os níveis de chuva no reservatório do Descoberto, responsável pelo abastecimento de 64% do Distrito Federal, estão abaixo da média histórica, mas acha que novo racionamento é improvável. "Nós confiamos que não será necessário. Há muitos ele-

mentos que nos permitem essa segurança, o volume útil do reservatório deve chegar ao piso mínimo de 21,9%, em novembro. O diretor-presidente informou que após o término do racionamento haverá reuniões mensais com a Caesb, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, e periodicamente, com o Grupo de Acompanhamento, para avaliar o consumo, além de campanhas publicitárias e outras iniciativas que garantam a segurança hídrica no período de estiagem. (Agência Brasil)

Lava Jato indica autonomia e independência entre Poderes, diz Temer

Ao conceder a primeira entrevista exclusiva aos veículos da **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, o presidente Michel Temer disse que a Operação Lava Jato é uma indicação de que há autonomia e independência entre os Poderes Execu-

tivo, Legislativo e Judiciário. "Eles [os Poderes] hoje funcionam com toda tranquilidade. Não há impedimento no exercício de nenhum Poder", afirmou. Ele lembrou que a Constituição tem de ser respeitada para manter a organização da sociedade.

O presidente também destacou a atuação do Ministério Público que, como instituição, não se politizou. "O Ministério Público está exercendo o seu papel", disse. "Eu quero dizer que a instituição não se politizou", acrescentou.

Em seguida, Temer disse que "O Ministério Público tem as prerrogativas porque tem autonomia funcional que significa que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário não podem se intrometer nas questões internas do Ministério Público". (Agência Brasil)

Importados

Chega o novo Porsche 911 Carrera T



Chega ao Brasil o Porsche 911 Carrera T. A nova versão mantém a potência de 370 HP da versão de entrada Carrera, mas entrega mais esportividade e desempenho devido ao menor peso e a mudanças nas configurações mecânicas e eletrônicas.

Na geração atual, o preço inicial do 911 Carrera T no Brasil é R\$ 519.000 (unidades com câmbio manual de 6 marchas). O câmbio PDK acrescenta ao preço-base a quantidade de R\$ 22.830. Em comparação com o Carrera normal, o T possui equipamentos como

chassi esportivo PASM rebaixado em 20 mm, pacote Sport Chrono mais leve com sistema de escape esportivo integrado, bloqueio mecânico do diferencial e eixo traseiro direcional. A letra "T" vem de "Touring" e foi usada pela Porsche entre 1968 e 1973 para distinguir a versão de entrada do 911.

Para reduzir peso, o 911 Carrera T tem vidros mais leves na vigia traseira e nas janelas laterais, alças internas de abertura das portas no lugar de maçanetas e diminuição de material fonabsorvente. Os assentos trasei-

ros foram eliminados (estão disponíveis como opcionais) e pode-se pedir o carro sem o PCM (Porsche Communication Management, gerenciamento de comunicação). Nessa configuração, o Carrera T pesa 1.425 kg, ou 20 kg a menos que o Carrera.

Tudo isso resulta em uma relação peso-potência mais favorável e uma dinâmica de condução mais ágil. O motor biturbo de cilindros contrapostos, com 2.981 cm³, tem os mesmos números de potência (370 HP a 6.500 rpm) e torque (450 Nm entre 1.750 e 5.000 rpm) do Carrera, mas a diminuição de peso, as mudanças no câmbio e os equipamentos extras possibilitam acelerar de 0 a 100 km/h em 4,2 segundos nas unidades com PDK e 4,5 segundos nas equipadas com câmbio manual (este, com relações mais curtas e alavanca com curso menor do que no Carrera). As velocidades máximas são de 291 km/h e 293 km/h, respectivamente.

Por fora, o 911 Carrera T se diferencia por itens como um spoiler dianteiro diferente, espelhos retrovisores Sport Design, rodas Carrera S de 20 polegadas na cor Cinza Titânio e logotipo "911 Carrera T" aplicado em uma discreta faixa nas portas. O hábito tem detalhes exclusivos como bancos com faixa central em tecido Sport-Tex, volante esportivo GT com seletor de modo de condução e pomo da alavanca de câmbio com diagrama de marchas em vermelho. Opcionalmente, pode-se pedir o pacote interior "T", com cores contrastantes Amarelo Racing, Vermelho Guards ou Prata GT, que podem ser aplicadas nos cintos de segurança, alças das portas, faixa central dos bancos e logo "911" nos encostos de cabeça dos bancos.

Nacionais

Definido preço do HB20 Copa do Mundo FIFA



O HB20 Copa do Mundo FIFA chega ao mercado em quatro versões, custando entre R\$ 49.990 e R\$ 65.990. O modelo é uma homenagem da Hyundai, patrocinadora oficial da Copa do Mundo da FIFA Rússia 2018, aos brasileiros apaixonados por carros e futebol.

Limitado a 4,2 mil unidades, o HB20 Copa do Mundo FIFA estará disponível nas carrocerias hatch e sedã, com motorizações 1.0l com câmbio manual e 1.6l com câmbio automático, sempre baseado na configuração Comfort Plus e acrescido de novidades tanto na parte externa quanto interna. Além de conteúdo exclusivo, todos os clientes que adquirirem a série especial ganharão uma Telstar 18, réplica da bola oficial da Copa do Mundo da FIFA Rússia 2018.

As versões têm exclusiva central multimídia blueMedia® com TV Digital® e tela de

boas-vindas com logos da Hyundai e Copa do Mundo FIFA. Itens como a grade frontal, os retrovisores na cor Cinza Titânium, as rodas de 15 polegadas e os tapetes em carpete personalizado ressaltam a originalidade do modelo. O Emblema oficial do torneio aparece nos para-lamas dianteiros e bordado nos bancos de couro e tecido.

Completam o pacote do HB20 Copa do Mundo FIFA sensor de estacionamento, acendimento automático dos faróis, volante com regulagem de altura e profundidade, abertura e fechamento dos vidros pela chave canivete e vidros elétricos dianteiros e traseiros com função *one touch* e antiestragamento.

A série especial é comercializada na cor sólida Branco Polar e nos tons metálicos Prata Metal e Prata Sand.

Confira abaixo os preços do HB20 Copa do Mundo FIFA:		
Versões	Preço	
Hatch	HB20 Copa do Mundo FIFA 1.0 SMT	R\$ 49.990
	HB20 Copa do Mundo FIFA 1.6 6AT	R\$ 61.990
Sedã	HB20S Copa do Mundo FIFA 1.0 SMT	R\$ 53.990
	HB20S Copa do Mundo FIFA 1.6 6AT	R\$ 65.990

Preço adicional para pintura metálica: R\$ 650

Truck

Chevrolet lança edição Midnight no Brasil

Identificada pela Chevrolet nos Estados Unidos, a edição Midnight chegou ao Brasil seguindo uma nova tendência de estilo: a dos veículos totalmente pretos, incluindo carroceria, frisos e acabamentos, que o deixam com aspecto mais esportivo e provocador.

O modelo escolhido para entrar a edição Midnight no país é a picape S10, conhecida pelo design marcante, força e robustez. Com a roupagem Midnight, estas características ficam ainda mais evidentes e ganham um toque de arrojado e exclusividade típico de carros customizados.

Destaque para a silhueta única da picape, de aspecto mais fluido por conta do teto plano prolongado pelo Santo Antônio esportivo, já o protetor de caçamba envolvente deixa a caçamba mais alta.

A S10 Midnight é caracterizada externamente pelos seguintes itens visuais: Grade frontal e logos Chevrolet em preto; Carroceria com pintura metálica Ouro Negro; Santo Antônio e capota marítima igual ao da versão High Country; Rodas aro 18 com acabamento escurecido acetinado; Faróis com DRL em LED; Emblemas Midnight nas portas dianteiras e na tampa traseira.

O acabamento interior da Midnight também traz elementos exclusivos, como os revestimentos do teto e das colunas em cor escura, para trazer mais esportividade também à cabine. Eles combinam com o tecido Jet Black dos bancos e com os detalhes em preto brilhante do painel.

O nome da edição também vem grafado em uma placa de aço escovado posicionada no piso que leva à maçaneta interna das



portas dianteiras.

Entre as versões LT e a LTZ, a S10 Midnight vem equipada com motor 2.8 Turbo Diesel de 200 cavalos de potência, transmissão automática de seis marchas sequenciais, sistema 4x4, controles eletrônicos de estabilidade e tração e assistente de partida em rampas, que não permite que o veículo recue em saídas íngremes.

Posicionada entre as versões intermediárias LT e LTZ, a edição Midnight traz uma ampla lista de itens de série relacionados à segurança, conforto e conectividade, como direção elétrica progressiva com revestimento premium e ajuste de altura, freios ABS com assistente de frenagem de urgência, faróis e

lanternas de neblina.

Travas e vidros elétricos comandados por controle remoto, sensor de estacionamento traseiro, retrovisor eletrocrômico multimídia MyLink com Android Auto e Apple CarPlay e sistema de telefonia avançada OnStar também fazem parte do pacote.

A picape é ofertada agora no país em seis versões de acabamento (LS, Advantage, LT, Midnight, LTZ e High Country), três opções de cabine (simplex, dupla e chassis cab), duas de motorização (2.8 Turbo Diesel e 2.5 SIDI Flex), dois tipos de transmissão (manual e automática, ambas de seis velocidades), além de dois tipos de tração (4x2 e 4x4 com reduzi-

Motos

BMW Rider Experience renovado



O BMW Rider Experience, o programa oficial de experiências da BMW Motorrad, que integra atividades e eventos exclusivos voltados para clientes da marca e também aos amantes das duas rodas, chega à temporada 2018 completamente reformulado. Além do Rider Training "On Road" e "Off Road", referência em cursos de aprimoramento de pilotagem dentro e fora de estrada – e que passa a contemplar dois níveis de treinamento inéditos –, e dos passeios e viagens em grupo, com roteiros nacionais e internacionais, o Rider Experience 2018 traz novas atrações. Entre elas, o Rider Training High Performance, um treinamento direcionado aos interessados em pilotagem de alta performance; e o Rider Training G 310 "On Road", indicado a pilotos com pouca experiência e para o público feminino, e que será ministrado com motocicletas BMW G 310 R e GS, em percursos de asfalto.

Outra novidade do Rider Experience 2018 é a chegada do piloto Bruno Corano, que acaba de assumir a supervisão do programa e é um dos responsáveis por sua reformulação. Novas atividades acabam de ser incluídas na programação e, certamente, vão enriquecer e muito a experiência não apenas dos clientes, mas dos fãs da marca, uma vez que os interessados também poderão alugar motocicletas BMW para participar, elevando, assim,

o "Make a Life a Ride", o "Pilote a sua História", em português, a outro patamar, ainda mais elevado. Clientes e fãs da BMW Motorrad também terão acesso a novos conteúdos de clínicas, workshops e palestras. Ainda assim, temas de grande interesse como mecânica para viagem, definição de percursos e navegação por GPS, entre outros, foram mantidos no programa.

O Rider Day, passeios de um dia, ao ar livre, organizados em parceria com as concessionárias autorizadas BMW Motorrad por regiões próximas às vendas, também seguem na programação; assim como o Rider Weekend, viagens de fim de semana, com roteiro de dois dias e que se destacam pelos destinos exclusivos, hospedagem e programação variada, e o Personal Rider, que tem como principal característica aulas individuais ou para grupos de até quatro alunos. O mesmo vale para o Rider Expedition, um dos principais destaques do Rider Experience, e que consiste de viagens de longa distância e duração, e que incluem roteiros nacionais e internacionais. Os destinos, datas e custos de investimento das atividades do BMW Rider Experience 2018 serão divulgados brevemente. Os cursos serão ministrados em diversas localidades, entre elas o Campo de Provas da Pirelli e o Haras Tuati, ambos no interior de São Paulo.

Planos de manutenção para Sprinter e Vito



A Mercedes-Benz criou novos planos de manutenção para as linhas Sprinter e Vito, customizados especificamente de acordo com o perfil de clientes do segmento de veículos comerciais leves. Sob a denominação "Mercedes-Benz Service Care", passam a ser oferecidos ao mercado duas modalidades: "Plano Manutenção", que abrange a troca de óleo dos agregados, filtros e manutenções preventivas, e o "Plano Completo", que inclui também manutenções corretivas de itens de desgaste, guincho e deslocamento mecânico.

Em qualquer um dos novos planos, o cliente conta com mão de obra qualificada, peças genuínas e atendimento diferenciado para realização de serviços na Rede de Concessionários em todo o País. Ao confiar a manutenção de seus veículos à Mercedes-Benz, o cliente obtém melhor rendimento de seus veículos, maior disponibilidade da frota, melhor controle e acompanhamento do custo operacional e maior valor de revenda.

O Mercedes-Benz Service Care é oferecido em duas modalidades aos clientes de

vans, furgões e chassis com cabina das linhas Sprinter e Vito, tanto zero km, como de qualquer ano de fabricação.

O "Plano Manutenção" abrange a troca de óleo dos agregados, filtros e manutenções preventivas, de acordo com o Caderno de Informações Complementares e Termo de Garantia que acompanha o veículo. A verificação regular do funcionamento do veículo garante que ele continue a oferecer um excelente desempenho e confiabilidade. A manutenção impede custos de reparo desnecessários e mantém o tempo de inatividade mínimo e previsível. Este plano não estabelece limite de tempo ou quilometragem.

Além da mesma cobertura do "Plano Manutenção", o "Plano Completo" inclui também manutenções corretivas de itens de desgaste (freios, embreagem, suspensão, óleo), guincho e deslocamento mecânico. O pacote cobre todos os serviços, com um preço fixo mensal definido de acordo com o perfil de uso do veículo e tempo de contrato. O período máximo é de 7 anos ou 300.000 km. Devendo ser contratado até os 12 primeiros meses após o emplacamento ou até 50.000 km, desde que as manutenções tenham sido efetuadas no concessionário autorizado de acordo com o perfil de uso do veículo.

De acordo com suas necessidades, o cliente pode escolher a vigência do Mercedes-Benz Service Care: de 1 a 5 anos, com possibilidade de renovação ao final do prazo.

Expediente autojornal o dia a dia motorizado

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
 Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
 Email: autojornal@mastermedia.com.br / Fone: (11) 99681-3549